



I SEMINÁRIO DE DIREITO PARA JORNALISTAS - DIA 23.08.99



ABERTURA

**DESEMBARGADOR HERMENEGILDO GONÇALVES
PRESIDENTE TJDF**

Ilmo. Sr. Jornalista Edgar Tavares, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Brasília; Ilmo Sr. Jornalista Josemar Dantas, Editor do Suplemento de Direito e Justiça do Correio Braziliense; Ilmo. Sr. Jornalista Luiz Gutemberg, Editor do Jornal de Brasília; Exm.o Sr. Vice-Presidente deste Tribunal, Desembargador Vasquez Cruxên; Exm.o Sr. Desembargador Mario Machado, Presidente da AMAGIS do Distrito Federal; Srs. Magistrados, Membros do Ministério Público, Advogados, Srs. Funcionários, meus Srs. e minhas Sras., é com grande satisfação e alegria que comparecemos a este recinto para a abertura deste Seminário que objetiva uma aproximação, um melhor entrosamento entre Juízes, Membros do Poder Judiciário e Jornalistas.

Desejamos dizer aos senhores que o Poder Judiciário e a imprensa são dois pilares do regime democrático, da democracia que escolhemos como estilo de vida, mas, infelizmente, não nos conhecemos muito bem.

Nós, do Poder Judiciário, temos algumas coisas ruins, mas também temos muitas coisas boas. Eu diria que entre as coisas boas estão os nossos Juizados Especiais, um modelo de justiça nova, rápida, eficaz, barata, informal e pronta para decidir os conflitos de interesses, as demandas, os casos. É verdade que limitados por um quantitativo, mas esse quantitativo é bem razoável, porque vai até o limite de R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais).

Todos sabem do meu entusiasmo por este novo modelo de justiça e, sobre ele, eu poderia falar durante muito tempo. Mas o que quero dizer é que as coisas boas do Poder Judiciário também não têm sido divulgadas como desejávamos. Queremos que os Srs. Jornalistas nos conheçam e nos compreendam, assim como também queremos conhecer e compreender a imprensa.

O Estado moderno se divide em Três Poderes, na fórmula inspirada por Montesquieu: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário. Ao Judiciário, cabe dizer o direito, cabe resolver os conflitos de interesse, cabe entregar a prestação jurisdicional, já que fazer justiça com as próprias mãos é crime. Mas poucas pessoas da nossa população, e até mesmo das camadas de elite, ou pelo menos as que detêm um certo grau de cultura, que são melhor informadas, conhecem, como devem, o Poder Judiciário.

De vez em quando a gente se surpreende com um escrito assim: "Juiz deu o seu parecer". Quando leio esse tipo de informação, percebo logo tratar-se de um jornalista que não está afeito aos deveres e à missão do Poder Judiciário. O juiz profere decisões, julga, decide os conflitos de interesse, mas ele, definitivamente, não dá parecer, porque parecer é um tipo de redação opinativa, e o juiz não dá opinião. Aliás, o juiz é até proibido de dar opinião sobre aquilo que vai julgar. Essa proibição é expressa em lei.

De certa feita, conversando com um amigo num desses seminários, ele me contou que um jornalista o procurara para pedir informações sobre agravo de instrumento, mas, para surpresa dele, o jornalista supunha que o agravo de instrumento era o objeto com que a vítima havia sido lesionada (a gente conta isso, e parece que é piada, mas não é piada).

O jornalista insistia em obter melhores informações sobre o agravo de instrumento. E o juiz dizia: eu não sei nada desse agravo, agora que o inquérito está chegando às minhas mãos. Então, vejam os Srs., que existe um desconhecimento da linguagem própria do Poder Judiciário, assim como, certamente, nós também desconhecemos a linguagem própria dos jornalistas, dos editores e redatores. Mas é preciso que haja uma aproximação, é preciso que haja uma sintonia para que, não só o Poder Judiciário como também a imprensa, possam prestar um melhor serviço à sociedade.

Outra afirmação muito comum é a de que o juiz coloca-se afastado da mídia e, por isso, não é compreendido e aceito. Havia mesmo, até pouco tempo, a idéia de que o juiz só falava nos autos, mas essa idéia penso que está superada, porque não há nenhuma proibição para dar informações. O que não pode o juiz, é dar opinião sobre o que ele vai julgar, nem mesmo sobre aquilo que vai ser julgado pelo Tribunal onde trabalha, porque isso é expressamente proibido pela LOMAN (uma lei que cuida dos Magistrados e que foi editada há muitos anos, mas até hoje está vigorando).

Penso que aproximar um juiz das pessoas é fundamental. O juiz deve dar informações sobre o serviço que ele está prestando à comunidade, para que a opinião pública possa acompanhar este serviço de relevante função dentro do estilo de vida que elegemos.

Também, importante - e não posso deixar de fazer uma referência, apesar de que não pretendo fazer uma palestra - é a chamada lentidão do Poder Judiciário. Isso está quase todos os dias na imprensa, e, diria mais, está também na cultura da nossa sociedade. Mas ninguém procura dizer à população as reais causas da morosidade ou da lentidão.

Ninguém procura mostrar que os juízes são poucos, abnegados, que trabalham pela manhã, pela tarde e, muitas vezes, à noite - dizem até que a janela do juiz é a última que apaga a luz. Mas que existe lentidão, existe. É por isso que temos de enfrentar essa crítica. E o que devemos fazer? Ficar reclamando que somos poucos? No Brasil, existe um juiz para cada 25 (vinte e cinco) mil habitantes, enquanto na Europa essa relação é de um para 4 (quatro) mil, 5 (cinco) mil. Não adianta ficar reclamando, o que temos de fazer é arregaçar as mangas, trabalhar e procurar melhorar o nosso relacionamento e a nossa produção. Por isso é que os juizados são importantes. Temos de ter uma justiça célere.

Hoje, não estamos mais na época das carroças do início do século, e a nossa justiça ainda tem muita coisa do século passado, eu diria até que podemos recuar mais no tempo. Isso tem de ser superado. Hoje, vivemos no mundo da Internet, das viagens interplanetárias, da televisão, do computador, então, não é possível que uma demanda se arraste por 4 (quatro), 5 (cinco), 10 (dez) anos, como já tive oportunidade de dizer.

Sei que os juízes são pessoas extremamente dedicadas e que carregam ainda um pesado fardo, pois o juiz é tido para a sociedade como um modelo. Se todas as profissões têm o dever de se pautar pelas regras da ética, o juiz mais ainda, porque se ele é modelo, se ele é paradigma de comportamento, ele tem de pautar-se pelas regras da ética. Mas não somos todos santos. Aqui e ali encontramos casos de juízes que não observam as regras e falham nos seus deveres. Mas num universo de cerca de dez mil juízes que esse Brasil hoje tem, três ou quatro casos não infirmam a regra, muito pelo contrário, a confirmam.

Li, certa vez, que Goethe, ilustre pensador alemão, dizia: "para conhecer bem uma pessoa, devemos ir à casa dessa pessoa, devemos conhecê-la por dentro, na intimidade". Eu acredito nisso. Por isso estamos convidando os senhores jornalistas para virem a nossa Casa, conhecer-nos por dentro e ver que temos certamente alguns valores. Espero que este seminário possa servir para essa aproximação, para esse entrosamento entre Justiça e imprensa.

Estou certo de que, após esse encontro, a imprensa terá um melhor conhecimento do Poder Judiciário no Brasil. E se a imprensa tiver esse conhecimento, a população também terá, porque nós é que não temos meios e modos para fazer chegar a ela os nossos pensamentos. Desejo a todos, nesse seminário, pleno sucesso.